



Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz de Braga

Nota da Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz

A urgência do diálogo

- Evitar as ruturas sociais e familiares -

**“Quando uma sociedade está organizada de tal forma
que nem todos têm a possibilidade de trabalhar,
então essa sociedade não é justa.”**

Papa Francisco, 1 de Maio 2013

A Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz de Braga deseja, com esta nota para o dia 01 de maio – Dia do Trabalhador, contribuir para alargar a reflexão em torno de uma questão-chave: o lugar do trabalho humano na nossa sociedade, no pós-pandemia do Covid-19. Trata-se de uma questão-chave de justiça social que, doravante, merece ser encarada, cada vez mais, numa perspetiva de sobrevivência e de desenvolvimento sustentável para o bem-estar de todos.

Aos escutarmos os “sinais dos tempos”, ganha urgência protelar por uma ética do diálogo e do cuidado, de atenção aos rostos feridos pelo abandono e pela carência extremas que interpelam a autenticidade da nossa humanidade comum. A urgência do nosso horizonte individual e social atual é a busca de um compromisso ético, acima dos interesses particulares instalados, para que todos, em particular os mais frágeis e desfavorecidos, tenham acesso aos bens da terra. Torna-se, aqui, pertinente a célebre “regra de ouro” do filósofo crente Paul Ricoeur: “Viver uma vida boa, com e para os outros, em instituições justas.” Na verdade, sem instituições justas, comprometidas com a procura do bem comum, dificilmente se sobrevive ao caos individual, nem faremos da terra o lugar de uma qualidade de vida ecológica, em relação sadia consigo mesmo, com os outros, com o tempo ou com os lugares.

A iniciativa para esta contribuição reflexiva, nasce de uma série de preocupações face ao adensar de problemas decorrentes do atual momento que estamos a viver, seja ele local, nacional ou global.

Temos consciência que a Pandemia vai originar uma enorme crise, sendo que o aumento do desemprego será uma das realidades e, como tal, vai gerar ruturas sociais e familiares, começando a sentir-se os primeiros sinais de carências, gerados justamente pelo desemprego. Constrangimentos que se têm refletido e irão aumentar até, nas relações interpessoais.

Os diagnósticos sociais do distrito de Braga traduzem, de alguma forma, a dimensão de uma realidade conturbada pelo momento que estamos a viver e o receio do encerramento de um elevado número de empresas, sobretudo dos sectores têxtil e do calçado, estão a preocupar.



Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz de Braga

A fragilidade do tecido produtivo e a precariedade dos vínculos laborais é um dos problemas que agora mais se deteta, onde também sobressaem outras fragilidades relacionadas com as necessidades alimentares básicas, de apoio social e humano, resultantes da situação atual.

Todos sabemos que o desemprego pode ser visto como causa de pobreza. A acontecer em larga escala, ele poderá ser gerador de ruturas sociais, como também poderá ser fonte de estigmas, pondo em causa o estatuto do indivíduo e da sua realização espiritual no seio da comunidade. O estatuto social de empregado apresenta uma carga simbólico-legal que, além de uma remuneração, confere uma posição vantajosa na sociedade, associada ao reconhecimento da utilidade e importância do trabalho e de autoestima pessoal.

Somos cientes de que esta pandemia vai aumentar as desigualdades em Portugal e as famílias irão ter menos capacidade de interajuda. As estruturas das famílias transformaram-se. Há um maior número de agregados monoparentais e isolados e uma percentagem mais elevada de coabitação. Assiste-se a um fenómeno de urbanização crescente e deslocação dos membros do agregado familiar, que impulsiona ainda mais a situação crítica que estamos a presenciar.

Neste contexto de crescente vulnerabilidade económica e social, podemos vir a assistir a um aumento de conflitos interpessoais, cujas causas e consequências serão diferenciadas em função do género, a faixa etária, entre outros fatores. Os valores que vamos comunicar aos jovens relativamente ao trabalho e ao emprego são importantes. Os valores fundamentais da solidariedade, do bem comum e do serviço aos outros podem vir a perder-se no momento da nossa sociedade atual.

As intervenções de curto prazo para assistir os mais vulneráveis são vitais, mas ainda mais importantes são as políticas de longo prazo e as alterações requeridas para providenciar um modelo de emprego para as nossas sociedades mais justo e sustentável. A presente crise oferece uma real e última oportunidade para que a aspiração legítima de todos, nomeadamente dos jovens, seja reconhecida e encorajada.

Na expectativa de que o mundo comece aos poucos a vislumbrar novos tempos, apelamos ao Governo em geral, às instituições, aos decisores e empresas locais, em particular, a darem prioridade aos planos de recuperação económica, com estratégias específicas para responder ao desemprego, nomeadamente dos jovens. Assim deverão:

- Assegurar um processo rápido de reabilitação da economia local;
- Apoiar os empregadores que oferecem oportunidades apropriadas, sobretudo aos jovens, assegurando mecanismos de regulação adequados para os proteger contra a exploração dos trabalhadores, nomeadamente através de vínculos precários;



Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz de Braga

- Prestar apoio financeiro às empresas, educação e formação profissional;
- Estabelecer mecanismos de consulta para examinar a contribuição dos nossos sistemas de educação atuais para com o emprego sustentável, com a participação de todos os setores relevantes, incluindo o de negócios, sindicatos, organizações de trabalho, entre outros.

A Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz de Braga sustenta que este regresso a alguma normalidade, poderá ser o da oportunidade para criar e lidar com novos desafios. Oportunidade de reinventar, de procurar soluções para continuarmos a crescer e a dar cada vez mais respostas aos sinais dos tempos que nos confrontam e continuarão a confrontar. É tempo de transformar para melhor.

Desejamos, por isso, que este nosso contributo seja mobilizador em ordem à edificação de uma sociedade com trabalho digno, socialmente reconhecido e justamente remunerado para todos, numa economia desenvolvida, sustentável e ao serviço do bem-estar e da coesão social, em solidariedade com todos os povos.

Braga, 01 de maio de 2020 – Dia do Trabalhador
A Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz de Braga